



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



CENTRO DE CONVENÇÕES, BRASÍLIA, DF, 1º DE ABRIL DE 1997

Senhor Presidente da Confederação Nacional de Municípios, Dr. Gil Soares de Almeida; Senhores Ministros de Estado que aqui me acompanham; Senhor Governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque; Senhores Senadores que aqui se encontram; Doutor Gasparine, da Associação Brasileira de Municípios; Senhores Deputados Federais; Senhores Prefeitos, que são as prima-donas da festa; Senhores Vereadores; Senhoras e Senhores,

Eu não posso começar como começou o governador-prefeito Cristovam Buarque, dizendo que ele é prefeito. Eu quis ser prefeito, não consegui. Mas eu me sinto irmanado, por isso mesmo, por ter sempre pensado muito no fenômeno urbano, na cidade – não só a grande cidade, mas a pequena também. Eu me sinto irmanado com o espírito que preside essa reunião e com as palavras que já foram aqui proferidas, tanto pelo Dr. Gil quanto pelo Governador Cristovam Buarque.

O Governador disse que nós vivemos um novo momento da nossa História. São palavras fortes mas são verdadeiras. Nós vivemos um momento muito especial da História do Brasil. Um momento em que este país, crescentemente, toma consciência de cidadania – e isso é im-

portante –, ou seja, de que o que conta mesmo é o cidadão, é a cidadã, é o habitante organizado, ativo, ou que se está organizando, que vive no Brasil. O momento em que, uma vez mais, temos confiança no nosso futuro. Voltamos, portanto, não apenas a ser um conjunto de cidadãos, mas um conjunto de cidadãos que se organizam numa nação, que se expressa, enquanto nação, com fé no seu futuro.

E isso não está baseado, simplesmente, na retórica. Isso está baseado no fato de que o País se transformou, efetivamente, e vai se transformar ainda mais. E nesse processo de transformação, no qual nós nos encontramos, nem tudo é róseo.

O Presidente da República não pode, nesse momento, deixar de expressar a sua profunda indignação com o que viu na televisão, da violência policial – inaceitável num país que tem o grau de consciência que nós já temos e que, não obstante, esses fatos isolados que ainda se repetem, acabam por dar a sensação de que nós não conseguimos nos organizar como um país cioso da liberdade que possui e do respeito que deve ter a todos os seus cidadãos.

É verdade que há problemas de natureza variada, mas também é verdade que o Brasil se dispõe a enfrentá-los, a todos esses problemas. É o País que se dispõe a enfrentá-los, não é o Governo, ou não são os governos. Os governos são frágeis, se não têm por trás deles uma vontade nacional, uma vontade da população, que respalde as suas decisões.

Mas o Brasil, hoje, tem uma população que se dispõe a enfrentar as dificuldades. E os governos terão de enfrentá-las, porque têm que ser fiéis àqueles que os elegeram e porque, se não quiserem ser fiéis terão que ser, de qualquer maneira, porque a opinião pública se forma, as críticas vêm, e as coisas acabam tendo que caminhar.

Mas é melhor que, ao invés de terem que caminhar, que os próprios governos se antecipem e desenhem esses caminhos, e ajudem a construção de vias que sejam mais pavimentadas, mais fáceis e mais seguras, para as transformações do Brasil.

Transformações na educação, que já estão ocorrendo. Nós, hoje, não dizemos só em termos de palavras, que a educação primária, a educação de base é a prioridade. Ela é a prioridade porque está inscrita como

prioridade na prática do Ministério da Educação. E para que ela pudesse ser inscrita como prioridade na prática do Ministério da Educação, foi preciso que houvesse uma relação mais direta do Ministério com o município e com a população.

Descentralização é, precisamente, o que aqui foi definido: responsabilidade compartilhada. Mas, não é só responsabilidade compartilhada com o Governo da República, com os estados e municípios; é também compartilhada com a população.

E se, hoje, o Ministro da Educação distribui dinheiro diretamente às escolas – e já o está fazendo – é porque lá não estão só as diretoras, estão as associações de pais e mestres, que se organizam para, socialmente, controlar o que se faz com os recursos que estão distribuídos dessa forma. O exemplo é banal, é simples, mas é muito difícil conseguir fazê-lo, e o Brasil está conseguindo.

Na saúde, nós estamos mudando, radicalmente, da mesma maneira, o tipo de relacionamento. Na mesma direção. Crescentemente teremos municípios que já estarão, dentro do SUS, na condição de integrados, plenamente, na sua capacidade de decidir o que vão fazer. E faremos uma distribuição, também na saúde, semelhante ao que está se fazendo na educação, em termos da população a ser atendida, de recursos que serão enviados diretamente à prefeitura. E a prefeitura disporá desses recursos sempre com o controle da sociedade, com o Conselho constituído pela própria sociedade, para que possa haver um encaminhamento mais correto deles.

Não vou me estender, porque eu quero falar mais especificamente de questões mais administrativas, mas eu poderia dar outros exemplos na mesma direção, de que o País se transforma, se integrando nos seus vários níveis da administração e fazendo com que a população seja partícipe mais ativa das decisões, sobretudo no nível local.

Da mesma maneira que nós temos que fazer um grande esforço, no terreno da reforma agrária, como é por todos sabido. E os prefeitos podem ajudar muito nisso. Há um programa chamado “Casulo”, que o Ministério está lançando, em que se pede que cada prefeito localize uma terra da prefeitura, ou do município, ociosa, que possa ser trans-

formada em lugar de assentamento. Se cada um dos prefeitos assentar 20 famílias, multipliquem 20 por 5.000 e verão que, com muita facilidade, nós podemos chegar a um número muito expressivo de assentamentos, sem burocracia e com muita velocidade. É preciso fazer isso.

É preciso fazer isso e o Governo Federal está disposto a apoiá-los nessa caminhada.

Mas, sobretudo, Senhores Prefeitos, Senhores Vereadores, Senhores Dirigentes, nos vários níveis da Federação, nós vivemos um momento em que, depois da estabilização da economia – que é uma luta contínua, que continuará sendo feita de uma maneira muito severa pelo Governo, porque ela é básica para o bem-estar da população e para a possibilidade de nós descontinarmos o nosso futuro – nós temos um desafio central, que é a reforma do Estado, no seu sentido mais amplo.

Se não houver a reforma do Estado, não vai haver a possibilidade de, efetivamente, nós conseguirmos que a mobilização da sociedade resulte num processo decisório mais eficaz. Haverá a demanda e não haverá a capacidade de resposta. E essa reforma do Estado implica não só a descentralização, mas também a desburocratização, porque, muitas vezes, as estruturas burocráticas emperram o desenvolvimento de programas pela sua complexidade, pelo seu mal treinamento, pela sua impossibilidade, muitas vezes, de um funcionamento mais efetivo.

E tanto pior quando algumas dessas estruturas se unem a forças corporativas e, pior ainda, quando se unem a forças privatícias, quando essas são corruptoras. E, aí, se tem um quadro desesperador, porque disso tudo resulta uma só coisa: a defesa do privilégio.

E a luta na reforma do Estado tem que ser, ao mesmo tempo, no sentido da descentralização, da desburocratização e da redução dos privilégios. Esta é a reforma que, mais de perto, toca aos senhores, nos toca. É esta a reforma que, amanhã, o Congresso Nacional vai decidir. E vai decidir – eu tenho certeza – e aqui há muitos deputados votando integralmente a proposta, tal como ela foi feita pelo relator, Deputado Moreira Franco.

Por quê? Porque é uma proposta equilibrada, porque é uma proposta que permite que haja uma modificação do aparelho estatal, sem que

haja o atropelo, nem pelas forças políticas, nem pela vontade desestruturadora do Estado, porque não é disso que se trata. Pelo contrário, nós temos é que reconstruir o Estado e dotá-lo de capacidade efetiva de ação. E nós precisamos devolver, aos vários níveis de administração pública, a capacidade de definição de uma política de salários mais adequada, porque a atual é inadequada e é injusta – injusta em vários sentidos –, porque nós temos que devolver à administração pública a capacidade de encaminhar carreiras e fazer com que o funcionário tenha um horizonte de futuro, porque nós precisamos, como já disse, combater privilégios.

E nós não podemos mais aceitar que haja, simplesmente, a sensação de que “não importa, porque o Governo paga”. O Governo é a forma indireta de dizer que o povo paga, porque o Governo acaba tirando dinheiro é do povo mesmo, sob a forma direta de imposto, ou sob a inflação. Então, esse dinheiro é do povo, não é nosso. E por que não é nosso, porque ele é do povo, ele tem que ser utilizado com muito critério.

E nós não podemos aceitar mais diferenças salariais. Enquanto o salário-mínimo é de cento e pouco, há salários de mais de 20 mil, até de mais de 30 mil reais por mês nesse país. Isso é inaceitável! Não é inaceitável porque não seja bom ganhar bastante. É inaceitável porque não há o bastante para uma repartição melhor. E é preciso que haja uma força moral – disse, aqui, o Governador –, ética. E a reforma tem que ter embutido um sentimento ético. E o sentimento ético implica o respeito ao contribuinte e ao funcionário, implica a capacidade que se tenha de dizer: “Eu não estou de acordo com isso. Eu não vou aceitar tal aumento, porque não tenho como pagar. E, se eu for dar esse aumento, vou ter que cobrar mais do povo. É do povo pobre que vou tirar para dar a quem precisa, mas não precisa tanto quanto o mais pobre”.

Esse é o nosso sentimento, é o nosso desafio. O nosso desafio é de, nesse momento, termos a coragem de enfrentar questões que estão incrustadas no aparelho estatal brasileiro, há décadas, e que, agora, não dá mais para não enfrentar, porque, com a estabilização da moeda, não se tem o recurso fácil do imposto indireto, que é o imposto inflacionário, que é o imposto que, dia e noite, corrói a bolsa do mais pobre e ele,

coitado, nem sente que esse imposto está sendo cobrado através da inflação. Mas sente, sim, as dificuldades no fim do mês.

Só que, agora, com a estabilidade da economia, também o administrador público sente a dificuldade no fim do mês, porque ele não tem mais o recurso que teve no passado, que era de emitir moeda. E, se ele não emite moeda, o cobertor é curto e ele tem que escolher prioridades, ele tem que ter a coragem de dizer: "Isso eu faço hoje, porque eu posso. Isso eu não faço hoje, farei amanhã, se for capaz de, hoje, cortar". E tem de cortar para poder fazer, no dia seguinte, aquilo que é ansiado, porque, se tentar fazer tudo de uma vez só, não vai conseguir e vai, isso sim, atropelar os procedimentos que permitem a restauração do Estado, da administração, de uma forma adequada.

E nisso se inclui tudo. Não só, como disse aqui, a distribuição de recursos, a definição de prioridades, de uma maneira mais aberta, mais clara, com co-responsabilidade dos três níveis de governo, mas com o controle da sociedade, com a nossa responsabilidade de termos os instrumentos para que o servidor público seja um servidor do público, e não para que ele se sirva do público.

Esse é o espírito da reforma que, amanhã, os senhores deputados vão ter a oportunidade de começar a debater na Câmara, e eu espero que tenham o apoio da imensa maioria daqueles que entendem que isso é decisivo para que nós possamos caminhar no sentido de um Brasil mais democrático, no sentido de um Brasil capaz de enfrentar os grandes desafios que já foram, aqui – alguns deles, pelo menos – mencionados.

Mas nós não nos satisfaremos com a reforma administrativa. Nós precisamos de uma reforma do sistema de previdência social. E precisamos pelas mesmas razões, porque ela faz com que a imensa maioria da população tenha a sua possibilidade de aposentadoria, limitada pela fraca capacidade que tem o Estado, o Governo de ampliá-la, enquanto que certos setores têm altas possibilidades não só de se aposentarem muito cedo, como de receberem, na aposentadoria, salários incomparavelmente maiores do que aqueles que a massa dos trabalhadores do Brasil recebem.

É em nome, portanto, da justiça social, que se requer uma atitude firme, serena, sem perseguições, sem vontade de destruir o que existe,

pelo contrário, tentando preservar ao máximo, mas olhando para as gerações futuras e olhando para a necessária igualdade, no tratamento entre os vários segmentos da população brasileira.

Essa reforma também é fundamental, mas não para o meu governo. Não haverá tempo de se restabelecer recursos, no prazo de um ano e meio. É fundamental para o País. E assim como disse o Dr. Gil de Almeida, que o administrador municipal não está olhando somente quatro anos, eu acho que nenhum administrador deve olhar nem quatro nem oito. Deve olhar o que é bom para o País, para as gerações futuras, e fazê-lo.

Fazê-lo, ainda que da sua ação não resulte proveito nenhum, de forma imediata. Seria, talvez, mais simples para o Presidente da República dizer: "Bom, esta reforma não tem nenhum sentido para o meu governo, então, por que eu vou me esfalfar, chamar lideranças, discutir com o Congresso, e pedir, e insistir – e tenho tido apoio do Congresso – e falar com a imprensa, exigir, e ainda ver, a toda hora, que não está empenhado".

Estou, sim, empenhado, porque isso é fundamental para o Brasil. E não podemos ficar temerosos porque alguns setores protestam e usam, muitas vezes, argumentos que são falsos, para comover a maioria da população e ameaçá-la de que ela vai perder seus direitos. Direitos têm que ser mantidos; privilégios não.

Essa é a diferença. Nós temos que enfrentar os privilégios e não podemos aceitar, sob o pretexto da defesa de direitos, a manutenção de privilégios. É difícil, é doído. É doído a cada um de nós. Mas é esse o nosso compromisso. É esse o nosso sentimento do momento em que nós vivemos, que impõe a todos nós uma posição muito clara, muito aberta, por mais difícil que seja, muitas vezes, sustentá-la, em função de interesses e de privilégios que minaram a estrutura do Estado brasileiro.

Os senhores enfrentam problemas difíceis, nas suas prefeituras, eu sei, como eu enfrento, enfrentei e continuo enfrentando problemas difíceis, em nível nacional. Mas eu sei, também, que se nós não os enfrentarmos, o dia seguinte vai ser pior. Vai ser pior se nós não tivermos a coragem de, às vezes a custo de uma impopularidade momentânea,

dizer “não” e enfrentar o problema, tendo em vista que a política não é a arte do possível, a política é a arte de tornar possível o que é necessário. Política não é fazer tudo o que é fácil, é fazer o que é importante fazer. E aí, sim, fazer o possível para tornar viável aquele objetivo que se impõe como necessidade do país.

Hoje se impõe, como necessidade do país, a realização de algumas reformas que têm a ver, diretamente, com o aparelho de Estado.

Os senhores têm muitas dificuldades em muitos municípios cuja folha de pagamento de pessoal quase consome tudo. É inviável. Porque isso é transformar o imposto, simplesmente, num instrumento em favor do funcionário. Não é do funcionário, individual, é do funcionalismo, no seu conjunto. Não é viável. E a Constituição já não permite mais isso. Nós temos que seguir o que diz a Constituição, nessa matéria.

Nós sabemos, também, que não adianta imaginar que, do dia para a noite, tudo se resolve. É preciso que haja compreensão, por parte dos vários níveis de governo, para que haja uma recuperação em todos os níveis de governo.

O Governo Federal fez um esforço enorme, para absorver dívidas de alguns estados, de muitos estados. Dívidas vultosas. Mas o Governo Federal as está absorvendo. Não está perdoando, não se trata disso. Está definindo uma política que permita, no tempo, fazer com que os estados se tornem adimplentes.

E ao fazer essa política, ao assumir encargos que não são do Governo Federal, naturalmente, ele pede aos estados que entrem numa disciplina fiscal, que evitem que, no futuro, se repita a situação catastrófica, movida basicamente pela inflação da qual nós somos herdeiros. Da mesma maneira, os municípios têm seus problemas.

Por ter essa compreensão, eu assinei, hoje, uma medida provisória que facilita a adimplência de estados, de municípios e mesmo de instituições filantrópicas, no plano da saúde e da previdência, para que os municípios possam acertar suas contas com a Previdência Social. Isso era necessário. Não o fiz por outra razão, fiz movido pelo alerta que me foi trazido pelos representantes dos municípios e por alguns deputados. E assinei uma medida provisória.

Ora, dirão, mais uma medida provisória. Alguns dos deputados que aqui sabem que me pediram para que eu assinasse. E sabem que os Presidentes da Câmara e do Senado estão de acordo com a medida provisória. É preciso terminar com essa nova tentativa de dizer que o Presidente, quando faz medida provisória, é por um ato de império. Não é. É por um ato de compreensão. E, quanto possível, é em harmonia com o Congresso. Porque essa é a minha disposição: em harmonia com o Congresso.

Assim como assinei uma medida provisória, recentemente, a respeito da tutela antecipada, que é uma lei que estava no Congresso, e os líderes dos partidos me pediram que fizesse a medida provisória, e o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado estavam informados e estavam de acordo.

Não foi um ato unilateral do Presidente. Foi um ato conjunto, de quem tem o poder de legislar e de quem tem, constitucionalmente, o direito de tomar a iniciativa da legislação, via medida provisória, mas com o consentimento, neste caso, das lideranças do Congresso. Por quê? Porque o Brasil tem mesmo urgência. Porque, realmente, há matérias que, pela própria natureza da discussão parlamentar, têm que ser delongadas. E os problemas, às vezes, exigem uma solução mais rápida, como foi o caso dessa medida provisória a respeito do acerto de contas com a Previdência Social.

É por isso que o Presidente da República não tem o menor receio em assinar um instrumento constitucional, desde que ele esteja embasado numa motivação ética, que é para melhorar as condições de funcionamento do Estado brasileiro, e que tem como consequência a melhoria de vida do povo brasileiro. E, por isso mesmo, tenho o apoio do Congresso, sem o qual eu não posso fazer nada.

Mas por sorte, para nós todos, hoje existe uma harmonia entre o Congresso da República e o Poder Executivo. Harmonia não quer dizer que o Congresso esteja sempre de acordo com que o Presidente envia para lá, pelo contrário. Muitas vezes há modificações com as quais, geralmente, o Executivo está de acordo, porque foram frutos do debate. Foram frutos de uma negociação limpa e democrática. E, então, as leis

saem aprimoradas. E, mesmo que não estivesse de acordo, sendo a decisão do Parlamento, só cabe ao Presidente da República acatar.

Mas é um outro momento do Brasil. Um momento em que vozes isoladas, de gente que só vê o passado, não têm mais cabimento e pregam no deserto, porque não encontram mais quem possa seguir uma retórica vazia. Hoje, nós temos capacidade de entendimento entre nós. Não é o Presidente, não são os prefeitos, não são os parlamentares. É o País todo, que optou pelo caminho da convergência democrática. Que optou por uma negociação aberta e clara. Que respeita as diferenças mas que sabe, também, que na democracia, a maioria decide. Decide, respeita a minoria, mas decide. E uma vez decidida, a decisão tem que ser acatada, se foi democraticamente tomada.

Hoje, esse mesmo sentimento existe nos vários níveis da administração. Os senhores encontrarão, no Governo da República as portas sempre abertas. Talvez não sempre para dizer “sim”, mas sempre para explicar o “sim” e o “não”, e para ouvir os conselhos, com humildade, daqueles que estão lidando com a linha de frente com a população. E para, muitas vezes, corrigir o ponto de vista inicial da proposta governamental, porque, só se pode corrigir ouvindo, e os prefeitos ouvem mais de perto do que quem está em Brasília.

É esse mesmo o espírito com que, hoje, nós trabalhamos com o Congresso Nacional, que preside a orientação do Governo da República. O Governador Cristovam Buarque sabe que não importa, para o bem de Brasília e do Brasil, em cada momento, saber se o governador ou o prefeito é deste ou daquele partido. O que importa é saber se o problema colocado é correto ou não e se a solução proposta é viável ou não. Se for correto e se for viável, tem o meu apoio, independentemente de qualquer partido.

Isso é a maturidade desse povo, que, hoje, já olha com suspicácia aqueles que têm uma visão pequena, que acreditam que tudo se faz por um motivo menor, que pensam que, se um ganha, o outro perde. Nós vivemos num momento em que não há um jogo de soma zero, em que nós todos podemos ganhar, em que o País pode ganhar, se nós formos capazes de resolver as nossas questões com abertura de espírito, com

franqueza, com sentimento ético e com a capacidade de uma negociação aberta e democrática.

Por isso, Senhores Prefeitos, Vereadores, Parlamentares, Governador, Ministros, eu creio que nada mais é apropriado do que um fórum dessa natureza. Um fórum em que o Governo Federal debate suas teses, pede apoio para o que lhes parecer justo, em que os parlamentares aqui vêm, com alegria, em que os senhores discutem em plena liberdade sobre o caminho futuro de cada um dos seus municípios e do Brasil.

E assim como foi possível – graças à lembrança daqueles que estão na linha de frente – chegar a uma solução para a questão do endividamento, no que diz respeito à Previdência Social, eu tenho certeza de que, se nós estivermos juntos, se tivermos a capacidade democrática de nos ouvirmos mutuamente, de nos respeitarmos mutuamente, pouco a pouco enfrentaremos essa grande agenda social do Brasil, com muita fé neste país, com muita tranqüilidade, porque este país é composto de homens e mulheres que, hoje, sabem o que é cidadania, que se respeitam e que devem ser respeitados pelos governos. Se houver esse respeito, eles também respeitarão os governos e a todos nós, independentemente das nossas posições partidárias, sempre olhando para os resultados daquilo que nós estamos fazendo e sempre perguntando: “Isso ajuda ou atrapalha a transformação do Brasil? Isso ajuda ou atrapalha o processo de tornar esse país mais igualitário? Isso derruba privilégios ou mantém privilégios? Isso afasta direitos disfarçados que, na verdade, são privilégios, ou isso, realmente, está garantindo um direito que tem de ser garantido, porque é comum, porque é universal, porque pode ser dado a todos e não a um pequeno grupo?”

Com esse espírito, eu tenho certeza de que nós refundaremos, como estamos fazendo, a República, no sentido de *Res Publica*, a coisa pública, do município, do estado e da União.

Eu, aqui, venho felicitá-los – e felicitá-los muito efusivamente – por terem tido a iniciativa desse encontro. E espero que dele saiam com alguma coisa de muito concreto na compreensão dos problemas de relacionamento entre a União e os seus municípios.

Muito obrigado a todos.